

História do Centro de Ensino de 2º Grau Professor Anísio Teixeira (1974-1985)

Resumo: Este trabalho objetiva evidenciar a (re) construção da história do Centro de Ensino de 2º Grau Professor Anísio Teixeira em Natal-RN (1974 a 1985). A investigação fundamenta-se na Nova História alicerçada na cultura escolar e na história das instituições escolares, tecendo diálogos com as fontes documentais, como: PPP da escola, a Lei Nº 5.692/71, os diplomas, as atas, os escriturários de cartas pedagógicas das vozes de diretores e professores, compondo o *corpus* da pesquisa. Conclui-se que o Anísio Teixeira era uma escola de referência na capital, no ensino técnico profissionalizante em administração e contabilidade, pois a maioria dos estudantes que lá se formavam conseguia colocação no comércio. Verificou-se que a instituição *lócus* de pesquisa foi inaugurada para legitimar a lei, o tecnicismo e o currículo pragmático/utilitarista.

Palavras-chave: História das instituições escolares. Ensino técnico profissionalizante de 2º grau. Educação profissional. Tecnicismo. História da educação.

History of the Second Degree Teaching Center Professor Anísio Teixeira (1974-1985)

Abstract: This work aims to highlight the (re) construction of the history of the 2nd Grade Teaching Center Professor Anísio Teixeira in Natal-RN (1974 to 1985). The investigation is based on the New History based on school culture and on the history of school institutions, making dialogues with documentary sources, such as: School PPP, Law No. 5.692/71, diplomas, minutes, clerks pedagogical letters from the voices of directors and teachers, composing the corpus of the research. It is concluded that Anísio Teixeira was a reference school in the capital, in professional technical education in administration and accounting, since most of the students who graduated there obtained placement in the trade. It was found that the locus of research institution was inaugurated to legitimize the law, technicality and the pragmatic/utilitarian curriculum.

Keywords: History of school institutions. Secondary professional technical education. Professional education. Technicality. History of education.

Antonio Max Ferreira da Costa

Doutorando e Mestre em Educação Profissional (IFRN). Professor na Rede Pública de Ensino Estadual do Rio Grande do Norte e na Rede Pública de Ensino Municipal de Natal. Rio Grande do Norte, Brasil.

 orcid.org/0000-0002-2586-9349

✉ a.maxcosta@gmail.com

José Mateus do Nascimento.

Doutor em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN). Rio Grande do Norte, Brasil.

 orcid.org/0000-0003-4964-5216

✉ zenmateus@gmail.com

Recebido em 20/08/2020

Aceito em 16/09/2020

Publicado em 11/10/2020

eISSN 2675-1933

 [10.37853/pqe.e202036](https://doi.org/10.37853/pqe.e202036)



Historia del Centro Docente de Segundo Grado Profesor Anísio Teixeira (1974-1985)

Resumen: Este trabajo tiene como objetivo poner de relieve la (re) construcción de la historia del Centro Docente de 2º Grado Profesor Anísio Teixeira en Natal-RN (1974 a 1985). La investigación se basa en la Nueva Historia basada en la cultura escolar y en la historia de las instituciones escolares, realizando diálogos con fuentes documentales, tales como: PPP Escolar, Ley N ° 5.692/71, diplomas, actas, cartas pedagógicas de las voces de directores y docentes, que componen el corpus de investigación. Se concluye que Anísio Teixeira fue una escuela de referencia en la capital, en educación técnica profesional en administración y contabilidad, ya que la mayoría de los estudiantes que allí se graduaron obtuvieron ubicación en el oficio. Se encontró que el locus de la institución de investigación se inauguró para legitimar la ley, el tecnicismo y el currículo pragmático/utilitario.

Palabras clave: Historia de las instituciones escolares. Educación técnica profesional secundaria. Educación profesional. Tecnicismo. Historia de la educación.

1 Introdução

O trabalho que ora se escreve trata-se de um recorte de uma pesquisa de mestrado defendida em 2017, posteriormente retomada em 2019 com os estudos do doutoramento que vem sendo desenvolvido no Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional (PPGEP) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN) na linha de pesquisa de História, Historiografia e Memória da Educação Profissional e apresentado no eixo Instituições Escolares e Política Educacional, do IV Colóquio História e Memória da Educação no Rio Grande do Norte (IV COHISME-RN), agosto de 2020, promovido pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), sob a coordenação da Professora Dra. Olívia Morais de Medeiros Neta.

Nessa pesquisa o objetivo principal é evidenciar a (re) construção da história do Centro de Ensino de 2º Grau Professor Anísio Teixeira, situado na cidade de Natal, Rio

Grande do Norte, com recorte temporal entre os anos de 1974 a 1985, data de fundação da escola no prédio, local que funciona até os dias atuais, já o ano de 1985 justifica-se pelo fato da compulsoriedade da Lei Nº 5.692/71 alterada pela Lei Nº 7.044 de 18 de outubro de 1982 e o fim da ditadura militar no Brasil.

Para fundamentar esse estudo bibliográfico, documental e empírico, o mesmo apoia-se teórico-metodologicamente na Nova História com destaque para a Cultura Escolar e a História das Instituições Escolares, tecendo um diálogo com as fontes documentais, tais como: o PPP da escola, a Lei Nº 5.692/71, os diplomas, as atas, as fotografias e os escriturários de cartas pedagógicas evidenciando as vozes dos diretores e professores, compondo o corpus dessa pesquisa.

Pensar a (re) construção do Centro de Ensino de 2º Grau Professor Anísio Teixeira, motiva-nos a realizar algumas inferências, como por exemplo: Como se davam as práticas educativas realizadas nessa instituição escolar? Essa escola preparava os estudantes para o mercado de trabalho por meio dos cursos técnicos profissionalizantes, conforme o ideário da Lei 5.692/71? Por que a instituição escolar Centro de Ensino de 2º Grau Professor Anísio Teixeira era tida como de referência nesse tipo de ensino no Rio Grande do Norte?

Ao longo do artigo se tentará tecer as devidas reflexões sobre as indagações citadas no parágrafo anterior, por isso, organiza-se o desenvolvimento do texto em dois itens, sendo o primeiro nominado de “Ponto de partida: a fundação do Centro de Ensino de 2º Grau Professor Anísio Teixeira”. Depois o tópico dois, chamado de “Ponto central: as vozes que (re) constrói as práticas educativas” refletindo sobre os três elementos evidenciados por meio dos escriturários-cartas de memórias dos agentes (diretores e professores) abordando as práticas pedagógicas dos anos 1974 até 1985. Por fim, tem-se as considerações finais, e as referências para aqueles leitores que desejarem aprofundar as discussões tecidas nesse escrito.

2 Ponto de partida: a fundação do Centro de Ensino de 2º Grau Professor Anísio Teixeira

O ponto de partida da história de uma instituição escolar dá-se pela sua fundação ou inauguração, mas antes de apresentar e problematizar o desenvolvimento histórico

do Centro de Ensino de 2º Grau Professor Anísio Teixeira objeto de investigação desse trabalho, sente-se a necessidade de definir o que significa a história das instituições escolares.

Para Magalhães (2004) a história de uma instituição escolar pode ser definida como a análise ou investigação da sua materialidade, organização, funcionamento, quadros imagéticos e projetivos, representações, tradições, memórias, práticas, envolvimento e apropriação.

Com as ideias citadas acima, é possível afirmar que toda instituição educativa segue uma correspondência com “[...] uma memória, um historicismo, um processo histórico, uma tradição, em permanente atualização – totalidades em organização” (Magalhães, 2004, p.62). Percebe-se que a noção de instituição escolar proposta por esse teórico se concebe na tessitura de muitos elementos, dentre eles, o histórico fundacional de uma organização educativa, como visualiza-se no próximo parágrafo (Azevedo et al, 2020).

4

A história do Centro de Ensino de 2º Grau Professor Anísio Teixeira tem seu marco fundacional no ano de 1974, com a inauguração do seu prédio, situado na Rua Trairi, 480, bairro de Petrópolis, área nobre da cidade do Natal, Rio Grande do Norte. A instituição continua funcionando atualmente, oferecendo ensino médio (1ª a 3ª série) nos turnos matutino, vespertino e noturno, tendo seu nome alterado na década de 1980 para Escola Estadual Professor Anísio Teixeira.

A criação do Centro de Ensino de 2º Grau Professor Anísio Teixeira tem amparo legal no Decreto-Lei 6.480 de 18 de setembro de 1974 comportaria de funcionamento Nº 282 de 16 de dezembro de 1976 publicada no Diário Oficial Nº 3.907, sendo gerenciada pela Secretaria Estadual de Educação, Cultura e Desporto, do Governo do Estado do Rio Grande do Norte, sob a direção do Secretário de Educação Professor Dalton Melo de Andrade¹ e do Governo José Cortes Pereira de Araújo².

¹ Essa Informação foi dita pela Diretora 1 do Centro de Ensino de 2º Grau Professor Anísio Teixeira, confirmada pelo documento encontrado no endereço: <http://arquivohistorico.inep.gov.br/index.php/cbpe-m294p02>. Acesso em 12 de agosto de 2020.

Dados do Projeto Político Pedagógico da Escola Estadual Professor Anísio Teixeira (PPP, 2015), antigo Centro de Ensino de 2º Grau Professor Anísio Teixeira anuncia que a história da escola começa com a missão de formar alunos para o mercado de trabalho através do ensino profissionalizante de qualidade, sintonizada com a demanda empresarial e em consonância com os conhecimentos já adquiridos pelos estudantes, desenvolvendo competências e habilidades para o exercício da cidadania, prestando os cursos de Assistente em Administração e Técnico em Contabilidade.

Oferecer a formação em cursos técnico profissionalizantes de 2º grau com habilitação na área comercial, são marcas da Lei Nº 5.692 de 11 de agosto de 1971 que reforma o ensino de 1º e 2º graus no Brasil, afirma Germano (2011). Sabe-se que essa legislação educacional deveria ser aplicada nos ambientes escolares de 2º grau, fosse ele público ou privado, porque a partir da data de sua publicação todo o ensino de 2º grau teria que ser técnico profissionalizante e destinado ao mercado de trabalho.

No Centro de Ensino de 2º Grau Professor Anísio Teixeira esse ensino proposto pela Lei Nº 5.692/71 a princípio foi cumprido, sendo ofertado uma formação de 2º grau voltada para abastecer o mercado de trabalho local (comércio, empresas e bancos) focado no currículo pragmático/utilitarista, da pedagogia tecnicista, empreendido no contexto da ditadura militar brasileira e dos acordos internacionais firmados pelo presidente da época o General Emílio Médici³.

É no cenário da ditadura militar que o Centro de Ensino de 2º Grau Professor Anísio Teixeira se constitui, desse modo evidencia-se na fala da segunda diretora que atuou em 1982 a expressão: “As práticas pedagógicas tinham em seu currículo disciplinas tidas da base geral e as técnicas com destaque para Educação Moral e Cívica e Organização Social e Política do Brasil (OSPB)” (Diretora 1, 2016).

Conforme Costa (2017) além dessas disciplinas que norteavam a formação nos cursos técnicos profissionalizantes de Assistente em Administração e Contabilidade, no

² Dados disponíveis em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/jose-cortez-pereira-de-araujo>. Acesso em 12 de agosto de 2020.

³ Coleta de dados disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/93692-os-presidentes-da-ditadura-militar/>. Acesso em 12 de agosto de 2020.

Centro de 2º Grau Professor Anísio Teixeira haviam também as festas e eventos cívicos na qual se homenageava a pátria, as datas comemorativas e a cultura, confirmado na voz da primeira diretora da escola em exercício em 1974 “[...] incentivávamos a participação ativa dos estudantes nos desfiles cívicos, hasteamento da bandeira do Brasil e canto do hino nacional, era uma momento muito bonito” (Diretora 2, 2016).

Nota-se com as falas desses agentes representantes da direção, o tipo de cultura escolar formatada nesse tempo, cujas intenções era a reverência e o culto aos elementos da ditadura militar, bem como cumprir os acordos estrangeiros e fazer crescer o capital. Nesse sentido, como ficavam os filhos dos trabalhadores que só tinham a opção de fazer um curso técnico profissionalizante de 2º grau? Entende-se, desse modo, que havia por parte dos governantes uma intenção de terminalidade nos estudos, sendo assim, os representantes do poder não precisariam investir em ensino, sendo essa uma das facetas que fez o ensino técnico profissionalizante de 2º grau não ser mais obrigatório em 1982, enfatiza Germano (2011).

Buscar se colocar no mercado de trabalho era um discurso recorrente dos estudantes que se formavam no Centro de Ensino de 2º Grau Professor Anísio Teixeira, cujo perfil eram de alunos trabalhadores pertencentes em sua maioria as classes sociais A e B em 1974, vindo a ser alterada em 1980 com maior percentual de estudantes da classe social C, coloca Costa (2017). Destaca-se ainda que mesmo no período de fundação da escola, o perfil do estudante sendo da classe elevada, a fala da agente entrevistada aponta que era uma minoria que prestava vestibular para as universidades, enfatizando: “Os estudantes que galgavam o nível superior eram muito pouco, pois a maioria se colocava no mercado de trabalho” (Diretora 1, 2016).

Toda essa tessitura desenvolvida nesse escrito demonstra o desenho de uma dada cultura escolar desse contexto, pois como adverte Magalhães (2004) a cultura escolar é um conjunto de condutas, normas, comportamentos construídos e (re) construído no cerne de uma dada instituição escolar, podendo ser materializada nas representações das práticas educativas e tecida nas vozes do ponto central desse artigo.

3 Ponto central: as vozes que (re) constrói as práticas educativas

Elege-se para o desenvolvimento desse item três elementos investigados por meio dos escriturários de memória apresentados por Costa (2017) em sua dissertação de mestrado. Os elementos selecionados para compor esses escritos e que deram voz para a (re) construção da história do Centro de Ensino de 2º Grau Professor Anísio Teixeira (1974-1985) por meio das práticas educativas são: O currículo (objetivos e conteúdos); a metodologia e a avaliação.

3.1 O currículo

Para início de conversa conceitua-se currículo como sendo uma especificação precisa de objetivos, procedimentos e métodos para a obtenção de resultados que possam ser mensurados, argumenta Bobbitt (2004). Entende-se a partir de Bobbitt (2004) que o currículo se relaciona à questão técnica, científica, de organização, planejamento, execução e avaliação dos processos de ensino e de aprendizagem. Essa concepção de currículo alinha-se ao que foi proposto para o ensino técnico profissionalizante de 2º grau, empreendido nos anos de 1971 a 1985, sendo visto como algo estático, formatado, rígido e com fins e resultados já estabelecidos, conforme propunha o mundo capitalista da época, tendo como ordem a eficácia, a eficiência e a padronização, elementos voltados para a economia liberal e o fortalecimento do modo de produção taylorista (Silva, 2004).

O currículo tecnicista amparado na Lei Nº 5.692/71, artigo 4º, estabelece: “Os currículos do ensino de 1º e 2º graus terão um núcleo comum, obrigatório em âmbito nacional, e uma parte diversificada para atender, conforme as necessidades e possibilidades concretas, as peculiaridades locais, aos planos dos estabelecimentos [...]”.

Sobre esse elemento, a Diretora 1 e o Professor M. S. relataram que existia a parte unificada (comum) com disciplinas gerais e, depois, a parte técnica, dependendo das habilitações profissionais escolhidas (Técnico Assistente em Administração e Técnico em Contabilidade), destacando as disciplinas de Educação Moral e Cívica, OSPB, Português e Matemática, que permeavam todo o currículo dos cursos.

Essa concepção de currículo é confirmada na escrita da Diretora 2 (2016) que diz:

[...] o currículo era com base na Lei 5.692/71, contemplando o núcleo comum no primeiro ano, chamado unificado. O segundo e o terceiro ano eram oferecidas as disciplinas técnicas específicas de cada curso (Administração, Contabilidade e Técnico em Serviços Bancários), destacando que as disciplinas de Português, Matemática, Educação Moral e Cívica, e OSPB permeavam os cursos.

Quanto à representação de currículo, descrita pelos Professores R. C., A. C. e J. G., verifica-se que estes são unânimes em afirmar que o currículo do Centro de Ensino de 2º Grau Professor Anísio Teixeira, à época, era substancialmente técnico, centrado nas habilitações profissionalizantes, que se aplicavam aos cursos de Técnico em Assistente de Administração e em Contabilidade.

Investigando os escritos do Professor J. G. na categoria currículo, destaca-se que era “Predominantemente técnico profissionalizante, voltado para os cursos profissionalizantes. [...] na época o currículo não tinha exigibilidade de carga horária prática, através de estágios [...]” .

Em relação ao estágio curricular, é notório nas falas que durante os anos de 1974 a 1982, o Centro de Ensino de 2º Grau Professor Anísio Teixeira tinha no seu currículo a obrigatoriedade do estágio curricular, objetivando o contato direto dos alunos com o mercado de trabalho. A partir dos anos 1984 e 1985, a instituição deixa de oferecer aos estudantes os estágios obrigatórios, como mencionou o Professor J. G. Será que esse fato apontado pelo docente apresenta indícios da falta de interesse dos governos estaduais investirem no ensino técnico profissionalizante de 2º grau, a partir desse período? No artigo 6º, da Lei Nº 5.692/71, tem-se:

[...] as habilitações profissionais poderão ser realizadas em regime de cooperação com as empresas. [...] O estágio não acarretará para as empresas nenhum vínculo de emprego, mesmo que se remunere o aluno estagiário, e suas obrigações serão apenas as especificadas no convênio feito com o estabelecimento.

Fica evidente na legislação do ensino que havia uma indicação de cooperação entre escola e empresa, com o objetivo de colocar os alunos em contato direto com as demandas do mercado de trabalho. Mesmo a Lei Nº 5.692/71 não afirmando que era obrigatório o estágio no 3º ano das habilitações profissionais, as Diretoras 1 e 2 (2016) mencionam que, na sua época, os estudantes faziam o estágio no comércio e nas empresas, pois elas firmavam convênios com empresas e organizações.

O currículo proposto pela Lei Nº 5.692/71 e mencionado pelos sujeitos da pesquisa, tem seu cerne no modelo capitalista de escola, que prioriza formar pessoas para o trabalho. Nas ideias de Bobbitt (2004), esse tipo de currículo serve para estabelecer desigualdades entre as classes sociais. Esse crítico mostra que a escolha deste ou daquele conteúdo traz implícita a ideia de homem e sociedade que se quer formar, por isso, não há currículo que seja neutro, de forma que a escolha por um modelo de currículo, pode ou não privilegiar uma determinada organização de sociedade e classe social.

Outro aspecto que se encontra no currículo e que merece destaque são os conteúdos ensinados nos cursos técnicos profissionalizantes no Centro de Ensino de 2º Grau Professor Anísio Teixeira. As vozes anunciadas nos escriturários elucidaram que os agentes participantes da pesquisa concebem os conteúdos como um conjunto de conhecimentos amparados na Lei Nº 5.692/71, guia curricular e parâmetro oficial para o 2º grau da época, que definia as disciplinas para a “grade curricular”, expressão atribuída ao conjunto dos componentes curriculares. Mas o que são conteúdos?

Conteúdos de ensino são o conjunto de conhecimentos, habilidades, hábitos, modos valorativos e atitudinais de atuação social, organizados pedagogicamente e didaticamente, tendo em vista a assimilação ativa e aplicação pelos alunos na sua prática de vida. Englobam, portanto: conceitos, ideias, fatos, processos, princípios, leis científicas, regras, habilidades cognoscitivas, modos de atividade, métodos de compreensão e aplicação, hábitos de estudo, de trabalho e de convivência social; valores, convicções, atitudes conforme pressupõe Libâneo (1994).

Compreende-se, a partir de Libâneo (1994), que a definição de conteúdos de ensino é bastante complexa e que ultrapassa a ideia de um tema ou conceitos contidos em um currículo, como o reforçado pela concepção técnica apresentada na Lei Nº 5.692/71 e reafirmado pelos sujeitos da pesquisa. Essa representação de conteúdos esteve presente nos escriturários das Diretoras 1 e 2 (2016) e dos Professores do Centro de Ensino de 2º Grau Professor Anísio Teixeira, reforçando que os conteúdos das disciplinas objetivavam a formação profissional para o ingresso do estudante no mercado de trabalho.

O Professor R. C. segue a mesma lógica e diz que os conteúdos focavam na relação teoria e prática. O que também afirmou o Professor M. S. (2016): O “[...] objetivo principal era articular o conhecimento teórico-prático”. Já nos escritos do Professor J. G. (2016) tem-se que “os conteúdos tinham uma base teórica do que deveria aplicar no dia-a-dia das suas atividades profissionais para se ter consciência do porque estavam tomando as decisões cabíveis” .

Percebe-se que essa concepção de conteúdos baseia-se na Lei Nº 5.692/71 e é rememorada como sendo um conjunto de conhecimentos e ideias a serem transmitidas, tendo por finalidade treinar o aluno às profissões demandadas pelo mercado de trabalho, observando os princípios do capitalismo: racionalidade, eficiência e produtividade, estabelece Saviani (2013).

Então, visualiza-se que ocorria a valorização desses princípios próprios do capital hegemônico na estruturação curricular dos cursos técnicos. Ideologicamente, estiveram presentes na orientação para seleção dos conteúdos ministrados no Centro de Ensino de 2º Grau Professor Anísio Teixeira, buscando atender os objetivos de formar mão-de-obra especializada e barata para maximizar os lucros.

3.2 A metodologia

Sobre o elemento metodologia, destaca-se a representação descrição pela Diretora 1 (2016) a qual advertiu que seria um momento que envolvia teoria e prática, efetivando-se nos estágios obrigatórios ocorridos no 3º ano dos Cursos Técnicos Profissionalizantes. O Professor M. S. (2016) ainda idealizou a metodologia como sendo o desenvolvimento das competências, conhecimento colocado em prática, também no contexto do estágio obrigatório.

Quando a metodologia a Diretora 2 (2016), destacou os momentos de interlocução entre teoria e prática, avançando ao mencionar o escritório modelo como espaço privilegiado de experiências profissionais. A sua escrita da memória explícita: “Era uma metodologia diversificada envolvendo teoria e prática. Para isso contávamos com laboratórios, destacando o Escritório Modelo, assim justificando o objetivo geral que era formar o aluno para o mercado de trabalho, reforçado pela oferta de estágios

por bancos e empresas”.

Visualiza-se na escrita das vozes que a categoria metodologia é representada pelas Diretoras 1, 2 (2016) e pelo Professor M. S. (2016) com destaque para seus aspectos teóricos e práticos de execução dos conteúdos curriculares do Ensino Técnico Profissionalizante. Ainda, nota-se nuances dessa abordagem na voz do Professor R. C. (2016) ao referir que “A metodologia consistia em aulas expositivas, além de aulas práticas no escritório/laboratório”. Essa representação de metodologia se complementa à concepção escrita pelo Professor A. C. (2016) “Não havia livro didático, usava-se giz e um quadro-negro, em que se copiavam os textos e depois explorava”.

O discurso sobre metodologia de ensino, mencionada pelo Professor A. C. (2016), se caracteriza como sendo tradicional conforme afirmou o Professor J. G. (2016). Então, questiona-se: o que foi a metodologia de ensino tecnicista? Seria denominado de método liberal de ensino? Como se fazia uma prática pedagógica na concepção tecnicista? De acordo com Nunes (1993)

[...] a metodologia constitui a doutrina do método, a sua teoria. Ela discute os vários tipos particulares de métodos, organiza-os num sistema, que orienta num todo teórico o trabalho de investigação da realidade. A metodologia explica um conjunto de métodos, donde também decorre a técnica. A metodologia de ensino pode ser entendida, então, como a aplicação dos princípios gerais de uma ciência, traduzidos nos seus métodos de investigação nas situações de ensino. Concretiza-se pela aplicação dos métodos de ensino em seus pressupostos teóricos (Nunes, 1993, p.51).

A metodologia de ensino e os métodos são duas faces interligadas, traduzidas como complementares e estando uma contida na outra, pois “O conceito mais simples de “método” é o caminho tomado para atingir um objetivo” (Libâneo, 1994, p.150). Neste sentido, o método de ensino revela o tipo de relação estabelecida entre conteúdos; proporciona ao professor-pesquisador buscar as relações internas dos objetos de estudo, fenômeno ou problema em pauta. Nesse sentido, é pertinente compreender como as Diretoras e os Professores do Centro de Ensino de 2º Grau Professor Anísio Teixeira faziam para ministrar seus conteúdos e alcançar os objetivos propostos nas disciplinas. Esses sujeitos relataram nos escriturários que utilizavam, predominantemente, o método da aula expositiva. Mas o que significa o método expositivo?

O método expositivo é bastante utilizado em nossas escolas, apesar das críticas que lhes são feitas, principalmente por não levar em conta o princípio da atividade do aluno. Entretanto, se for superada esta limitação, é um importante meio de obter conhecimentos. A exposição lógica da matéria continua sendo, pois, um procedimento necessário, desde que o professor consiga mobilizar a atividade interna do aluno de concentrar-se e de pensar, e a combine com outros procedimentos, como no trabalho interdependente, a conversação e o trabalho em grupo (Libâneo, 1994, p.161).

Demonstrou-se por meio das falas que na metodologia usada no Anísio Teixeira não havia a preocupação em empregar a combinação da exposição dos conteúdos com a discussão reflexiva dos mesmos. Pelo contrário, na metodologia de ensino tecnicista, o fio condutor das práticas pedagógicas estava no condicionamento do comportamento do aluno que emitia respostas desejadas pelo professor. Segundo Luckesi (1994) no contexto do tecnicismo, a prática pedagógica é altamente controlada e dirigida pelo professor, com atividades mecanizadas, inseridas em uma proposta rígida e plenamente programada.

Compreende-se que o ensino tecnicista, empregado no Centro de Ensino de 2º Grau Professor Anísio Teixeira, usava-se uma metodologia do ensino utilitarista e pragmática, cuja fundamentação tem seu advento no positivismo e no behaviorismo, que condicionava as atitudes intelectuais dos alunos.

Em relação ao pragmatismo pedagógico, Saviani (2005) ressalta que na prática de ensino tecnicista, tem-se um grande valor à atividade pela atividade. Segundo Magossi e Oliveira (2015), concebe-se que:

[...] a dimensão pragmática ganha consistência teórica na perspectiva tecnicista, a conceber o processo do ensino e aprendizagem imbuído de métodos, planejamentos, objetivos, estratégias etc., destacando os meios e os fins em educação. A dinâmica educacional deve, então, utilizar os meios mais adequados do ponto de vista meramente pragmático para alcançar os fins previamente definidos. A clareza dos fins – os objetivos – desponta como um elemento motivador para o envolvimento do aluno no processo educacional. A educação passa a contar com metas, que devem ser claras e precisas. Como em uma linha de produção, o pragmatismo tecnicista vislumbra treinar o aluno, capacitando-o com uma série de habilidades fundamentais, para a vida produtiva (Magossi; Oliveira, 2015, p.3).

Será que essa vida produtiva articula os saberes teóricos e práticos da vida social e escolar? Ou só se valoriza os aspectos da vida produtiva? Seguindo as análises dos escriturários, nota-se que havia na metodologia e nas técnicas de ensino empregadas no Anísio Teixeira, uma noção de obediência e submissão, desvinculadas das questões da

vida prática, ou seja, não havia a ideia de um saber fazer, articulando os conhecimentos teóricos com os práticos, pois se o fosse, o ensino tecnicista teria sido idealizado a partir da conexão entre os saberes científicos, técnicos e humanísticos adequados a capacitar para atuar nas indústrias, comércios e empresas.

Essa instrumentalização pragmática e utilitarista reduz o aluno a ser reproduzidor de técnicas instrumentais, fragmentadas, reducionistas, uma espécie de máquina condicionada a atitudes, contextualizado pela lógica da ação-reação, fruto da teoria behaviorista de Skinner (1972) totalmente desprovido de uma consciência crítica e problematizadora.

3.3 A avaliação

A avaliação foi pensada e representada pelos agentes pesquisados, como sendo um processo de verificação dos conhecimentos por meio de técnicas e de instrumentos como as provas orais e escritas, os trabalhos, os testes, os estágios, a participação em atividades na sala de aula e nos eventos da escola.

A Diretora 1 (2016) escreveu: “A avaliação era escrita ou oral, dependendo da oferta do professor”. A mesma ainda destacou: “No 3º ano de cada curso os alunos eram avaliados pelo supervisor no campo de estágio. O supervisor deveria ser alguém que fizesse parte do local de trabalho e deveria avaliar o estagiário através de um relatório contemplando aspectos como: frequência, pontualidade e habilidades técnicas”.

Essa avaliação que também ocorria no campo de estágio, só é mencionada pela Diretora 1 (2016). Será que na época dos outros agentes pesquisados não havia esse tipo de avaliação, durante o período de 1977 a 1985? Para o Professor R. C. (2016) “A avaliação era de caráter somativo, através de provas e trabalhos bimestrais. Levava-se em conta também a participação do aluno para o computo da nota final”.

A partir dos fragmentos postos pelos sujeitos da pesquisa, compreende-se que a avaliação realizada no contexto da (re) construção das práticas pedagógicas do Ensino Técnico Profissionalizante de 2º Grau do Anísio Teixeira fundamentava-se, primordialmente, em classificar o aluno, seguindo o nível de aprovação expresso em

notas e num produto final.

A esse respeito, a Lei Nº 5.692/71, no artigo 14, § 1º adverte: a averiguação dos resultados escolares, na forma regimental, ficaria a cargo das instituições, e a avaliação do aproveitamento, aquela expressa em números (notas), preponderarão os aspectos qualitativos sobre os quantitativos e os resultados obtidos durante o período letivo sobre os da prova final, caso esta seja exigida. Como se pode visualizar, no contexto da Lei Nº 5.692/71, a avaliação se daria por meio do aproveitamento e pela apuração da assiduidade. A avaliação como verificação do rendimento do estudante era basicamente formada por dois itens, medidos simultaneamente: assiduidade e aproveitamento.

Parafraseando Libâneo (1994), a avaliação como verificação é uma tarefa do processo avaliativo, portanto, a verificação significa a pesquisa de dados acerca do aproveitamento dos alunos, através de provas, exercícios e tarefas ou de meios alternativos como observação de desempenho, por exemplo. Na perspectiva de Libâneo (1994), é possível advertir que a avaliação representada pelas Diretoras 1 e 2, e pelos Professores R. C., A. C. e J. G. (2016), consiste num tipo de prática avaliativa restrita ao ato de aplicar provas, sejam elas, orais ou escritas e, além disso, atribuir notas e classificar os alunos. Desse modo, nota-se que “o professor reduz a avaliação à cobrança daquilo que o aluno memorizou e usa a nota somente como instrumento de controle” (Libâneo, 1994, p.198).

É possível afirmar que no contexto do Ensino Técnico Profissionalizante do Centro de Ensino de 2º Grau Professor Anísio Teixeira, a avaliação não se apoia apenas na figura do professor e nem do aluno, mas na organização racional dos meios, assegurando a produtividade do processo por intermédio do planejamento e do controle, como adverte Behrens (2005). Esse tipo de educação volta-se para os princípios da eficácia e produtividade coletiva, a partir de um treinamento que castiga ao que não produz, o excluindo do sistema. Logo, é possível reafirmar que no tecnicismo o pressuposto avaliativo prioriza os meios técnicos e a ênfase se dá no fazer, como corrobora Shudo (2007).

Pensando a avaliação, na perspectiva de Hoffman (1993), pode-se afirmar que avaliação é um processo, cujo objetivo fundamental é a aprendizagem, mas como essa

aprendizagem é avaliada? O que se considera nela? É a nota e os conteúdos que o aluno não aprendeu? Instigados pelas ideias de Hoffman (1993), permite-se dizer que a avaliação é uma reflexão permanente sobre a realidade, o acompanhamento, passo a passo do aluno, na sua trajetória de construção de conhecimento e não apenas um momento de verificação e de classificação do que foi aprendido ao longo do treinamento, como se fazia no Ensino Técnico Profissionalizante de 2º grau.

Com todos esses argumentos tecidos nas vozes e nos nexos dos documentos, reitera-se que a avaliação no Ensino Técnico Profissionalizante de 2º grau era, basicamente, constituída de provas e exames, sendo a ação do professor limitada a transmitir e corrigir os conteúdos repassados, desenvolvendo assim, momentos estanques sem nexos de conexões em termos de construção de saberes.

4 Considerações finais

Com esse estudo chegou-se à conclusão de que o Centro de Ensino de 2º Grau Professor Anísio Teixeira era uma escola de referência em Natal/RN, no ensino técnico profissionalizante, nos campos da Administração e de Contabilidade, pois a maioria dos estudantes que lá se formavam conseguiam colocação nas atividades comerciais, inclusive nos bancos privados.

Ainda verificou-se que a instituição *lócus* de pesquisa foi inaugurada em 1974 para legitimar a implementação da legislação 5.692/71 na qual reformava o ensino de 2º grau no Brasil, bem como servia de parâmetros para praticar o tecnicismo, materializado no currículo pragmático/utilitarista que era composto de uma pequena base geral em que o estudante cursava no primeiro ano do curso, e uma outra parte destinada à formação técnica, cumprindo sua tarefa de preparar mão-de-obra para o mercado de trabalho em tempos de ditadura militar.

A pesquisa sobre a História do Centro de Ensino de 2º Grau Professor Anísio Teixeira (1974-1985) serviu para refletir que a (re) construção histórica de uma instituição escolar se dá na polissemia das vozes dos agentes que lá viveram e puderam ser agentes de uma determinada cultura escolar, que hipoteticamente categorizaria de

cultura escolar do ensino técnico profissionalizante de 2º grau, empreendido no cerne de uma escola que formava estudantes para o mercado de trabalho natalense.

Referências

- Azevedo, L. P. de M. C., da Paz, A. L. A., Silva, M. G. G. da, & Medeiros Neta, O. M. de. (2020). Os Repositórios Digitais e a pesquisa em História da Educação. *Pesquisa e Ensino*, 1, e202035. <https://doi.org/10.37853/pqe.e202035>
- Bobbitt, J. F. (2004). *O currículo*. Lisboa: Didática.
- Cavalcanti Neto, A. L. G.; & Aquino, J. de L. F. (2009). A avaliação da aprendizagem como um ato amoroso: o que o professor pratica? *Educação em Revista*, Belo Horizonte, v. 25, n. 2, p. 223-240, ago. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-46982009000200010&lng=en&nrm=iso.
- Chartier, R. (1988). *A história cultural entre práticas e representações*. Tradução de Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difusão Editora.
- Costa, A. M. F. da (2017). *Ensino Técnico Profissionalizante no Centro de Ensino de 2º Grau Professor Anísio Teixeira: uma análise histórica das práticas pedagógicas (1974-1985)*. 119f. Dissertação – Mestrado em Educação. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte. Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional, Natal-RN.
- Cunha, L. A. (2005). *O ensino profissional na irradiação do industrialismo*. São Paulo: Unesp.
- Frago, A. V. (1995). Historia de la educación e historia cultural. *Revista Brasileira de Educação*, São Paulo, n.0, p.63-82, set./dez.
- Germano, J. W. (2011). *Estado militar e educação no Brasil (1964-1985)*. 5. ed. São Paulo: Cortez.
- Hoffmann, J. (1993). *Avaliação mediadora: uma prática em construção da pré-escola à universidade*. Porto Alegre: Mediação.

Julia, D. (2001). A cultura escolar como objeto histórico. *Revista Brasileira de História da Educação*, Campinas, n.1, p.09-43, jan./jun.

Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971. (1971). Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5692.htm.

Lei nº 7.044, de 18 de outubro de 1982. (1982). Altera dispositivos da Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971, referentes a profissionalização do ensino de 2º grau. Diário oficial da União. Brasília. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7044.htm.

Libâneo, J. C. (1994). *Didática*. São Paulo: Cortez.

Luckesi, C. C. (1994). *Filosofia da educação*. São Paulo: Cortez Editora.

Magalhães, J. (1996). *Contributo para a história das instituições educativas: entre a memória e o arquivo*. Braga: Universidade do Minho.

Magalhães, J. (2004). *Tecendo nexos: história das instituições educativas*. Bragança Paulista-SP: Editora Universitária São Francisco.

Magossi, J. C.; & Oliveira, A. F. de (2015). *Perspectivas metodológicas para o ensino de matemática: para além da racionalidade instrumental*. III Simposio Internacional de Inovação em Educação. Disponível em: <http://www.lantec.fe.unicamp.br/inova2015/images/trabalhos/artigos/T7.pdf>.

Nosella, P.; & Buffa, E. (2010). *Instituições escolares: por que e como pesquisar*. Campinas-SP: Alínea.

Nunes, M. F. (1993). As metodologias de ensino e o processo de conhecimento científico. *Educar em Revista*, Curitiba, n. 9, p. 49-58, Dez. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40601993000100008&lng=en&nrm=iso.

Projeto Político Pedagógico da Escola Estadual Professor Anísio Teixeira-PPP. (2015). Natal: SEECD-RN.

Saviani, D. (2010). *História das ideias pedagógicas no Brasil*. 3. ed. Campinas-SP: Autores Associados.

Saviani, D. (2005). *As concepções pedagógicas na história da educação brasileira*. Campinas-SP. Disponível em: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/artigos_pdf/Dermeval_Saviani_artigo.pdf.

Shudo, R. (2016). *Sala de aula e avaliação: caminhos e desafios*. Disponível em: http://www.educacional.com.br/articulistas/outrosEducacao_artigo.asp?artigo=regina0001.

Silva, L. L. S., Germano, J. W. & et. al, In: Seabra, G. F.; & Mendonça, I. T. L. (2009). *Educação ambiental para a sociedade sustentável e saúde global*. 2ª edição. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, Vol. III.

Silva, T. T. da (2004). *Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo*. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica.

Skinner, B. F. (1972). *Tecnologia do ensino*. Tradução de Rodolpho Azzi. São Paulo: Herder, Ed. da Universidade São Paulo.

Vasconcelos, C. dos S. (1998). *Avaliação da aprendizagem: práticas de mudanças*. São Paulo: Libertad - Centro de Formações e Assessoria Pedagogia.